

PROCESSO: 3827/2009
INTERESSADO: Rio Vermelho Açúcar e Álcool Ltda
ASSUNTO: Licenciamento Ambiental Prévio para ampliação do parque industrial e expansão de áreas agrícolas
MUNICÍPIO: Junqueirópolis

1.INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico 20.343/11/TA, elaborado pelo Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental, para subsidiar o licenciamento ambiental prévio da ampliação industrial e da expansão de áreas agrícolas da Usina Rio Vermelho, localizada no município de Junqueirópolis.

2.DESCRICÃO DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento Rio Vermelho Açúcar e Álcool Ltda., segundo o Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo, localiza-se em área classificada como *Adequada com Restrições Ambientais*, e as áreas agrícolas em áreas classificadas como *Adequadas*, *Adequadas com Limitações* e *Adequadas com Restrições Ambientais*. O projeto de ampliação prevê aumento da capacidade de moagem de 744.000 para 3.000.000 t/safra, da produção de etanol de 46.550 para 176.853 m³/safra, e incorporação da produção de 305.830 t/safra de açúcar. Serão gerados 64,12 MW de energia elétrica, das quais, 19,50 MW serão utilizadas e 44,62 MW comercializadas. A captação de água será realizada por meio do Ribeirão Taquaraçu (453,00 m³/h) e de um poço no Aquífero Adamantina (6,25 m³/h). O volume de vinhaça atualmente gerada no processamento industrial é de 559.343 m³/safra, com incremento para 1.755.648 m³/safra decorrente da ampliação, e será totalmente aplicado nos canaviais.

A cana-de-açúcar provém de 8.646 ha de áreas plantadas em regime de parceria, prevendo-se expansão das mesmas para 35.348 ha, na modalidade de parceria e com inclusão de fornecedores. Tais áreas serão distribuídas nos municípios de Junqueirópolis – município sede, Dracena, Guaraçaí, Irapuru, Monte Castelo, Pacaembu, e Tupi Paulista. A ampliação acarretará uma redução no total de pessoal, passando de 824 para 686 funcionários, especialmente no setor agrícola.

3.IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A avaliação dos principais impactos foi realizada considerando a Resolução SMA 88/2008 que define as diretrizes técnicas para o licenciamento de empreendimentos do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo. Foram analisados os principais impactos e medidas mitigadoras, conforme segue:

•Atendimento aos Aspectos Legais

Foram apresentadas as manifestações das Prefeituras Municipais atendendo o definido nos artigos 5º e 10 da Resolução CONAMA 237/97. Foram apresentadas as outorgas das captações de água conforme regulamenta a Resolução Conjunta SMA/SERHS nº 01/05. Deverá ser cumprida a Resolução SMA 33/07, que proíbe a queima da palha da cana como prática de pré-colheita para as áreas de expansão agrícola. Para a Licença de Instalação - LI, deverá ser apresentada outorga do DAEE referente à interferência da adutora de vinhaça sobre o córrego Sucuri. Para a Licença de Operação - LO, deverá ser apresentada autorização da ANEEL para a ampliação da cogeração de energia elétrica e comercialização de excedente, e por ocasião da renovação da LO, deverá ser comprovada a averbação da reserva legal de acordo com a Proposta de Instituição de Compensação de Reserva Legal apresentada no EIA.

•Expectativa da População Quanto à Ampliação do Empreendimento

De acordo com a pesquisa de percepção apresentada no estudo, o empreendimento pode gerar expectativas na população quanto à geração de empregos, assim como os reflexos

negativos do uso de vinhaça na área agrícola. Para a LI, deverá ser apresentado o Programa de Comunicação e Participação Social, e para a LO, relatório da execução do referido programa.

•Impactos Gerados nos Canteiros de Obra e Frente de Trabalho

A ampliação não prevê movimentação expressiva do solo, restringindo-se à sistematização do terreno para a execução e instalação das obras civis e equipamentos nos limites do parque industrial. Para a emissão da LO deverá ser apresentada comprovação da recuperação das áreas afetadas pela obras de ampliação do parque industrial e acessos, a instalação de adequado sistema de drenagem de águas pluviais, a revegetação de áreas com solo exposto e recomposição das vias internas ao parque industrial.

•Geração de Empregos Decorrentes da Ampliação do Empreendimento

Segundo o EIA, está prevista a contratação adicional de 50 funcionários para os setores administrativo e industrial e a dispensa de 187 funcionários do setor agrícola para a fase de ampliação. A dispensa se dará em função da mecanização da colheita. Assim, com a ampliação, ocorrerá uma redução de 824 para 686 funcionários na usina. Devido à significativa redução no quadro, deverá ser apresentado para a LI, um Plano de Desmobilização de Mão de Obra que contemple Treinamento e Capacitação de Mão de Obra Local para outras atividades.

•Impactos sobre a Infraestrutura e Equipamentos Municipais

Embora existam limitações na infraestrutura (principalmente saúde e saneamento) dos municípios que compõem a ADA e AID, o pequeno incremento de funcionários e eventuais agregados que venham a ser incorporados na sociedade é de baixo impacto, passível de ser minimizado com integração das ações junto aos Programas Sociais já em curso pela Usina. Para a LO, o empreendedor deverá apresentar comprovação das ações de reforço desenvolvidas nas áreas de saúde e de saneamento nos programas sociais desenvolvidos pela Usina em parceria com entidades sociais e prefeituras municipais da AID.

•Aumento do Tráfego de Veículos

O aumento no fluxo operacional de veículos decorrente da ampliação do empreendimento será da ordem de 315 veículos/dia, resultando em um total de 414 veículos/dia, concentrando principalmente em trechos da Rodovia SP-294 (Rodovia João Ribeiro de Barros), e suas interligações com a SP-270 e SP-300. Para mitigação foi previsto um Programa de Tráfego de Veículos que inclui ações como sinalização preventiva, cursos e treinamentos realizados para a requalificação de motoristas, etc. Também deverão apresentadas as parcerias com as Prefeituras Municipais quanto à manutenção e melhoria das estradas vicinais.

•Alterações no Uso e Ocupação do Solo

A AID é uma região composta em sua maioria por grandes propriedades com pecuária e cana-de-açúcar, seguindo-se a agricultura diversificada em culturas anuais, em menor proporção. O EIA informa que direcionará e concentrará a expansão de áreas de cana-de-açúcar em áreas ocupadas por pastagens, mitigando os eventuais impactos decorrentes da expansão dos canaviais.

•Interferências no Patrimônio Arqueológico

O IPHAN manifestou-se favoravelmente ao empreendimento para o licenciamento prévio. No entanto, face à constatação de vestígios arqueológicos em áreas agrícolas no município de Junqueirópolis, para a emissão da LI deverá ser apresentada manifestação do IPHAN quanto às futuras áreas agrícolas da 1ª fase de ampliação nos municípios de Junqueirópolis e Tupi Paulista e da 2ª fase nos municípios de Dracena, Guaraçaí, Irapuru e Pacaembu.

•Intervenções em Remanescentes de Vegetação Nativa e em Áreas de Preservação Permanente (APPs)

Embora não esteja prevista a supressão de vegetação nativa em remanescentes florestais para a expansão agrícola, de acordo com a caracterização da vegetação apresentada no EIA, os fragmentos presentes na AID possuem tamanho reduzido e se encontram

degradados e isolados, enquanto que as matas ciliares são alteradas. Considerando a existência de áreas agrícolas localizadas em Áreas Adequadas com Restrição Ambiental, conforme o Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro de acordo com a Resolução SMA 88/08, o empreendedor deverá apresentar, por ocasião da solicitação da LI um Programa de Implantação de Corredores Ecológicos, além de um Programa de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente, um Programa de Conservação e Manejo da Vegetação Nativa Remanescente e um Programa de Apoio à Regularização Ambiental das áreas de Reserva Legal de áreas arrendadas e de fornecedores.

•Impactos sobre Unidades de Conservação

Existe uma Unidade de Conservação – Parque Estadual do Aguapeí, na área de influência do empreendimento, com Plano de Manejo aprovado pelo CONSEMA. A Fundação Florestal manifesta-se favorável ao empreendimento, desde que atendidas as exigências constantes em seu Parecer Técnico FF 1783/10, solicitando o correspondente enquadramento e atendimento ao Plano de Manejo existente, inclusive com Programas de Monitoramento da Ictiofauna e da Qualidade das Águas Subterrâneas, assim como o cumprimento de medidas e restrições quanto ao critério e procedimentos para uso e prevenção do fogo e utilização de agrotóxicos.

•Impactos sobre Comunidades Faunísticas

Segundo o EIA, devido às alterações previstas na AID, como mudança do tipo de cobertura vegetal e substituição das pastagens, do uso de agrotóxicos, de efluentes líquidos, do fluxo de veículos e máquinas nas áreas agrícolas, o empreendimento poderá promover mudanças nos recursos disponíveis e na segurança para a fauna local. Para a LI, o empreendedor deverá apresentar Programa de Educação Ambiental para trabalhadores rurais e motoristas, e o Programa de Monitoramento Sazonal da Fauna.

•Impactos sobre a Disponibilidade Hídrica

A demanda hídrica industrial, durante a safra (após ampliação), será de 459,25 m³/h, por meio de captação superficial e subterrânea. De acordo com o EIA, o consumo específico de água no processo será de 0,47 m³/h de água por tonelada cana moída, dentro do limite de 0,7 m³/h de água por tonelada de cana estabelecido para áreas classificadas como *Adequadas com Restrições Ambientais*. Para mitigação deverá ser apresentado um Programa de Conservação de Recursos Hídricos, além de um Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais.

•Cogeração de Energia e Alteração da Qualidade do Ar Decorrente da Queima do Bagaço na Caldeira

De acordo com o Setor de Ar, Ruído e Vibrações-TABR da Cetesb, mesmo com o acréscimo de duas caldeiras, os limites de emissão estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 382/06 serão atendidos, assim como não ultrapassam os padrões de qualidade do ar estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 03/90. O município não se enquadra em região saturada ou em vias de saturação de acordo como Decreto Estadual nº 52469/07. Para a LI deverá ser apresentado um plano de redução de emissão de Óxidos de Nitrogênio. Para a LO deverá ser realizada amostragem comprobatória em chaminés das caldeiras comprovando o atendimento dos valores de emissões previstos no EIA.

•Desencadeamento de Processos Erosivos Devido ao Cultivo de Cana-de-Açúcar

Para prevenir e mitigar a ocorrência de processos erosivos nas áreas agrícolas, o EIA propõe um Programa de Conservação do Solo que contempla práticas de conservação de caráter mecânico (planejamento e manutenção dos carregadores, construção de terraços, plantio em nível e sistemas de drenagem) e de manejo agrícola (preparo reduzido, rotação de culturas, adubação verde, adubação orgânica e manutenção das sobras da palha da cana sobre o solo) adotadas pela usina.

•Geração de Resíduos Sólidos

Na fase de operação, dentre os resíduos sólidos gerados, o de maior representatividade será o bagaço da cana-de-açúcar, que será queimado nas caldeiras e utilizado na cogeração de energia. Para a mitigação dos potenciais impactos, o empreendedor deverá apresentar Projeto de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

•Geração de Efluentes Líquidos

Para o tratamento de efluentes sanitários, a usina possui sistema compacto, com capacidade para atender a demanda futura de 120 m³/dia. Quanto ao efluente industrial, prevê tratamento prévio para aplicação na lavoura. Para a LI deverão ser apresentados projetos dos sistemas de coleta, armazenamento, tratamento e destinação final de efluentes líquidos provenientes de setores do parque industrial.

•Riscos Decorrentes à Produção e Estocagem de Etanol

A Usina armazena etanol em 5 tanques com capacidade de estocagem total de 60.000 m³, ocupando uma área de 4.926,34 m² de atividades ao ar livre no parque industrial. A distância entre as instalações de armazenamento e os núcleos urbanos das proximidades foi avaliada, constatando-se a inexistência de risco à saúde humana e à segurança das instalações.

•Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrentes da Utilização de Vinhaça na Cana-de-Açúcar

De acordo com o mapa de fertirrigação do EIA, a Usina possuirá áreas agrícolas fertirrigadas em áreas com alta vulnerabilidade de aquífero segundo o mapa da Disponibilidade de Águas Superficiais e Vulnerabilidade das Águas Subterrâneas. Para LI deverá ser apresentado relatório contendo a caracterização hidrogeológica das áreas comprovadamente de alta vulnerabilidade nas áreas agrícolas a serem fertirrigadas, assim como Plano de Manejo elaborado de acordo com a Norma P4.231/06 e águas subterrâneas em atendimento à Resolução SMA 88/08.

•Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrentes da Utilização de Agrotóxicos

O estudo propõe treinamento dos usuários e observação das técnicas e práticas ambientalmente adequadas de uso e aplicação de agrotóxico. Para a LI, a usina deverá apresentar Programa de Minimização de Uso de Agrotóxicos.

4.PROGRAMAS AMBIENTAIS

Além dos planos e programas ambientais solicitados nas exigências, o EIA propõe: Programa de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente ; Programa de Conservação do Solo; Programa de Controle de Obras; Programa de Tráfego; Programa de Mobilização e Desmobilização de Mão de Obra; Programa de Conservação dos Recursos Hídricos; Programa de Comunicação Social. No âmbito de Monitoramento, além dos atualmente em andamento: Vegetação Nativa e de Áreas Reflorestadas, de Fauna (avifauna e mastofauna), de Águas Superficiais, do Solo e de Emissões Atmosféricas, estão previstos a inclusão do monitoramento dos grupos de herpeto e icitiofauna, e ampliação dos pontos de amostragem de águas superficiais.

5.PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

A proposta apresentada no programa de compensação ambiental do EIA é que o recurso referente à compensação ambiental seja aplicado no Parque Estadual do Aguapeí. Essa proposta será analisada pela Câmara de Compensação Ambiental da SMA. Para emissão da Licença de Instalação – LI, deverá ser firmado Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, que estabelecerá os critérios para a aplicação da verba compensatória.

6.CONCLUSÃO

Em função do exposto, a equipe do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental entende que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que sejam atendidas as medidas propostas no EIA e as exigências do Parecer Técnico 20.343/11/TA. Nestes termos, submete ao CONSEMA a apreciação e deliberação sobre a viabilidade ambiental da ampliação industrial e agrícola da Usina Rio Vermelho, de Junqueirópolis.

São Paulo, 15 de Abril de 2011.

ORIGINAL DEVIDAMENTE ASSINADO

Eng^a Civil/Amb. Maria Silvia Romitelli

Gerente do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - TA

Reg. 4755 CREA 62252/D